

CÂMARA MUNICIPAL DE COLORADO

Lei Ordinária nº 2819/2019
de 12/06/2019



Ementa

Súmula: Regulamenta o disposto no § 3º do art. 100 da Constituição Federal, definindo obrigações de **Pequeno Valor** para o município de Colorado e dá outras providências.

Texto

Art. 1º As demandas judiciais cujos valores de execução não forem superiores ao valor equivalente a 160% (cento e sessenta por cento) do maior benefício do Regime Geral da Previdência Social, poderão ser quitadas no prazo de até 60 (sessenta) dias, após a intimação do trânsito em julgado da decisão, sem necessidade de expedição de precatório.

§1º é vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no caput e, em parte, mediante expedição do precatório.

§2º Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no caput, o pagamento far-se-á sempre por meio de precatório.

Art. 2º O pagamento da RPV (Requisição de **Pequeno Valor**), na forma prevista no art. 1º, implicará na quitação total do débito definido nos autos judiciais e determinada a extinção do processo.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 2.245/2018.